



ACÓRDÃO Nº261/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11228/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Comissão Geral de Licitação-CGL.
- 4- **Advogados:** Ana Carolina Costa Ortiz OAB/AM nº 12.390
- 5- **Exercício:** 2016.
- 6- **Responsável:** Sr. Eptácio de Alencar e Silva Neto, ex-Gestor e Ordenador de despesas.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1014/2018-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.479/481).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Comissão Geral de Licitação-CGL. Exercício de 2016.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Determinação. Recomendações.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Regular com Ressalvas**, a Prestação de Contas Anual da Comissão Geral de Licitação-CGL, relativa ao exercício de 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Eptácio de Alencar e Silva Neto**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 10.2- **Aplicar multa** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) ao **Sr. Eptácio de Alencar e Silva Neto**, nos termos dos arts. 1º, inciso XXVI, e artigo 54, inciso VI, da Lei Estadual nº 2423/96, em razão da falta de encaminhamento das certidões solicitadas pela Comissão de Inspeção. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias**.
- 10.3- **Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.4- **Recomendar à Comissão de Inspeção deste Tribunal** responsável pela inspeção ordinária no órgão em 2018 que:
 - a) Observem se há reincidência nas restrições apontadas pelo órgão técnico.
 - b) Verifique o Relatório e Parecer de Controle Interno do



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº261/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Jurisditionado, bem como o Registro dos bens patrimoniais se estão de acordo com o que determinam os artigos 94, 95, 96 e 106, inciso II, da Lei nº 4320/64.

11- Ata: 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 24 de Abril de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO

Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral